

PARECER - PLO Nº 22/2022

PARECER JURÍDICO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 022/2.022.

Autoria: Vereador Marco Antônio da Fonseca.

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária, que pretende Declarar de utilidade pública a Associação de Apoio aos Autistas Olhar Azul.

Existe alguns entendimentos que compete exclusivamente ao Poder Executivo a decretação de utilidade pública de entidades beneficentes, assistenciais e sem fins lucrativos, entendimento do qual não compartilho, sendo a meu ver a iniciativa de competência concorrente.

No entanto, a legislação estadual determina que certos requisitos deverão ser observados para que uma determinada entidade seja declarada de utilidade pública.

LEI Nº 2.574, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1980

Artigo 1.º - As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no País com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser declaradas de utilidade pública, desde que preencham os seguintes requisitos:

I- personalidade jurídica;

II - efetivo e contínuo funcionamento nos 2 (dois) anos imediatamente anteriores, dentro de suas finalidades;

III - gratuidade dos cargos de sua diretoria e não distribuição, por qualquer forma, direta ou indiretamente, de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados;



IV - registro nos órgãos competentes do Estado conforme sua natureza e desde que haja exigência de tal formalidade;

V - exercício de atividades de ensino ou de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, filantrópicas ou assistenciais de caráter beneficente, caritativo ou religioso, não circunscritas ao âmbito de determinada sociedade civil ou comercial, comprovadas mediante apresentação de relatório circunstanciado, referente aos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à formulação da proposição; (NR)

VI- idoneidade moral comprovada de seus diretores;e

VII - publicação, pela imprensa, do demonstrativo da receita obtida e da despesa realizada no período anterior.

Portanto não foi juntado aos autos os demonstrativos das receitas e despesas previstas no inciso VII, do artigo 1º, motivo pelo qual solicitamos a sua juntada, sob pena de inviabilidade jurídica.

Ibitinga, d/s.

Atenciosamente,

RICARDO TOFI JACOB
DIRETOR JURÍDICO
ASSINATURA DIGITAL



